

O MATERIALISMO HISTÓRICO E AS PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO; uma proposição.

Autoria: José Henrique de Faria

RESUMO

O objetivo destas reflexões é o de ajustar o método exposto por Marx às pesquisas em administração. Trata-se, portanto, de uma discussão epistêmica e teórico-metodológica, ainda que se baseie em experiências de pesquisa no campo empírico levadas a efeito há pelo menos 9 anos. Assim, o presente estudo tratará do Materialismo Histórico na concepção Marxiana e do Método Dialético a ele correspondente, do ponto de vista epistemológico e metodológico. Entende-se aqui que o método é um procedimento epistemológico, na medida em que ele define como o conhecimento é produzido, sistematizado e transmitido. O método não se confunde com as técnicas de coleta, processamento, análise e tratamento de dados, embora se valha totalmente delas. Esta é, portanto, uma proposição sobre a utilização, ao mesmo tempo epistemológica e metodológica, do Materialismo Histórico nas pesquisas em administração. Esta proposição inicia com a apresentação das diferenças entre materialismo, idealismo e interação. Em seguida, serão apresentados os fundamentos da dialética em sua evolução. O terceiro item aprofunda o segundo, pois tratará de expor o que é a dialética no Materialismo Histórico, discutindo posições sobre este tema. O quarto item indicará os princípios do Materialismo Histórico e também discutirá posições. O quinto item tratará do método em Marx, que é o tema central deste estudo. Aqui as discussões implicam tomadas de posição e, portanto, desencadeamento de polêmicas. Procurar-se-á mostrar que nas atividades de pesquisa o ser social do homem condiciona a sua consciência, mas que o homem não é ele mesmo uma consciência. A consciência é, então, condicionada pelo ser social do homem, o qual somente se torna este ser pelas relações que estabelece com a “realidade social” que o “produz” enquanto ser social. Caso contrário, cair-se-ia na tese segundo a qual seria a consciência que determinaria o ser social do homem. A condicionalidade não é um fatalismo, o que seria possível na fórmula em que a matéria determina a consciência. A condicionalidade anuncia que há um sujeito social, sujeito ativo e condicionante da construção social que, intervindo na estrutura, é o único a ser capaz de transformá-la, recriando-a em outras bases e se autocondicionando por meio dela. O estudo conclui que no campo das pesquisas em administração o Materialismo Histórico se contrapõe à prática mais usual de investigação, expondo uma epistemologia na qual o conhecimento da realidade objetivada, pensada, precisa romper com as noções de absolutização e imutabilidade de que se reveste no plano imediato para revelá-la como substância no plano mediato.

1. Introdução

Ao discorrer sobre como realizar uma pesquisa sobre uma base sólida, Marx (1974) refere-se ao método em Economia Política e não a qualquer método. Entretanto, os fundamentos de sua proposta alcançaram uma amplitude que extrapolou a economia política, servindo de orientação às ciências sociais em geral e à filosofia. O objetivo destas reflexões é o de ajustar o método exposto por Marx às pesquisas no campo da administração. Assim, o presente estudo tratará do Materialismo Histórico, não pretendendo, portanto, discutir as semelhanças e diferenças com os representantes da Teoria Crítica Frankfurtiana, com os estruturalistas de Althusser, com a concepção mecanicista do marxismo (dialética sem sujeito) e nem com a visão reflexológica de Lênin, entre outras interpretações. Estes são debates importantes, mas que não cabem no espaço deste trabalho.

De pronto é necessário esclarecer desde logo que aqui se entende por epistemologia o estudo crítico do conhecimento científico, técnico e filosófico. O problema fundamental de toda epistemologia é responder como o conhecimento é produzido (construído, obtido,

desenvolvido), organizado, sistematizado e transmitido (explicitado, divulgado, exposto). Deste modo, entende-se aqui que o método é um procedimento epistemológico, na medida em que ele define como o conhecimento é produzido, sistematizado e transmitido. O método não se confunde com as técnicas de coleta (quantitativas, qualitativas ou ambas), processamento, análise e tratamento de dados (ou fenômenos, fatos e informações) e tampouco com as fontes (primárias ou secundárias), embora se valha totalmente de todas elas. Este é, portanto, um estudo sobre, ao mesmo tempo, epistemologia e metodologia do Materialismo Histórico.

Esta proposição inicia com a apresentação das diferenças entre materialismo, idealismo e interação. Em seguida, serão apresentados os fundamentos da dialética em sua evolução. O terceiro item aprofunda o segundo, pois tratará de expor o que é a dialética no Materialismo Histórico, discutindo posições sobre este tema. O quarto item indicará os princípios do Materialismo Histórico e também discutirá posições. O quinto item tratará do método em Marx, que é o tema central deste estudo. Aqui as discussões implicam tomadas de posição e, portanto, desencadeamento de polêmicas.

2. Materialismo, Idealismo e Interação Dialética.

Todas as discussões epistemológicas partem da visão entre duas concepções opostas: o realismo (empirismo) e o idealismo (racionalismo). O que se encerra nesta discussão é se a origem do conhecimento está na realidade apreendida pelo sujeito ou no pensamento que concebe a realidade. No primeiro caso encontra-se o materialismo, que considera que o conhecimento é produzido a partir do real. No segundo caso está o idealismo, que considera que a realidade é dada a conhecer a partir da ideia que se tem dela.

A crítica, deste modo, não é privilégio dos materialistas ou dos idealistas, mas não resta dúvida que a condução e a forma de sua elaboração partem de distintos pontos. Isto significa que nem os materialistas e nem os idealistas podem evocar o fundamento da realidade ou da razão para contestarem uns aos outros sem incorrerem em petições de princípio sobre as “verdades” de cada posição. A considerar os argumentos de Moser (2008), o suporte que o pesquisador dá a uma determinada posição não deveria gerar petições de princípio de maneira arbitrária, ainda que as mesmas fossem pertinentes. Isto ocorre, por conseguinte, devido à “carga de arbitrariedade epistêmica” presente nos confrontos.

A posição materialista, em sua formulação mais simples, considera que todas as coisas são matérias e todos os fenômenos são resultados de interações materiais. Assim, a organização da sociedade para produzir suas condições de existência é uma realidade material tanto quanto uma barra de ferro, embora sejam realidades de concretudes diferentes. Já a posição idealista, também em sua formulação mais simples, sugere que o mundo não tem existência concreta senão no plano da ideia, ou seja, a condição da realidade é essencialmente racional ou mental. Em linhas gerais o idealismo refere-se ao primado da ideia, mas não à ideia de maneira simples, pois isto significaria reduzir a realidade ao pensamento. O ponto central do idealismo é o Eu subjetivo, ou seja, seu postulado básico é “Eu sou Eu”, porquanto o sujeito (Eu) é objeto para si (Eu). Desta forma, a oposição entre sujeito e objeto se revela no próprio sujeito, já que o próprio sujeito (Eu) é o objeto para si mesmo (Eu).

Desta maneira, a leitura realizada por Paula (2009), para quem “o idealismo contém em si um potencial: a ideia mediada pela práxis pode se transformar em realidade”, parte do princípio de que uma ideia aplicada na constituição de um fato nasceria da própria ideia ou de um encadeamento de ideias, mediada pela práxis. É preciso responder com Marx (2010): “o pensador abstrato descobre, ao intuir a natureza, que as entidades que ele julgava estar criando do nada, da abstração pura, criando na dialética divina como produtos puros do pensamento interminavelmente em vaivém dentro de si mesmo e sem nunca levar em conta a realidade exterior, são simplesmente *abstrações de características naturais*. A natureza inteira, por conseguinte, reitera para ele as abstrações lógicas, mas de uma forma sensível, exteriorizada.

Ele *analisa* a natureza e essas abstrações, uma vez mais. Sua intuição da natureza é simplesmente, pois, o ato de confirmação de sua abstração da intuição da natureza; sua representação *consciente* do processo de geração de sua abstração”.

A ideia que se transformaria em realidade nasceria sem contágio com a realidade a ser gerada, mas através de uma abstração, indequadamente chamada práxis. Como observa Marx (2010), a ideia teria que se revogar a si mesma para não passar novamente pelo processo de abstração e ser uma totalidade de abstrações. Isto seria uma abstração capaz de se entender a si mesma. Contudo, esta abstração capaz de se entender a si mesma não é nada além de uma abstração. Tal elaboração permite à Paula (2009), afirmar que “quando a crítica se torna imobilizada, ela se aprisiona no real e perde sua capacidade de transcendência: ela se torna cativa da caverna de Platão”¹. A crítica, assim, seria imobilizada na realidade, pois no pensamento ela seria transcendental a si mesma. Seria, portanto, a crítica do pensamento que recusa o real, o qual insistiria em manter certa concretude aprisionada em si. Em resumo, uma abstração da abstração. Neste raciocínio, o materialismo não seria outra coisa que não um idealismo congelando a realidade que se torna prisioneira de si mesma por consequência do pensamento (da abstração). Neste tipo de argumento, a crítica que acaba sendo prisioneira da ideia, seria a própria “crítica crítica”, ou seja, a crítica abstrata dos idealistas alemães da esquerda hegeliana, distanciados da vida real e agrupados na “sagrada família” (MARX; ENGELS, 1976).

As análises mais simplistas consideram, em geral, que a primazia da idéia e a primazia do real significam formas absolutas de desenvolvimento do conhecimento. Esta maneira de separar o mundo do saber em duas fontes originárias do conhecimento é uma redução analítica que desemboca no empirismo e no abstracionismo. Para resolver este problema, há quem sustente que existe uma terceira forma, a qual seria concebida como um interacionismo entre sujeito e objeto ou uma dialética que se colocaria contra qualquer primazia. Em uma formulação interacionista, Paula (2009) sugere que “não há primazia do real ou do ideal, mas, sim, uma dialética”. Entre o sujeito e o real, entre a consciência e a matéria, há de fato uma tensão dialética. Contudo, analisada esta fórmula, nota-se que ela mesma é fruto de uma elaboração metafísica, uma espécie de partenogênese, em que o conhecimento se desenvolve sem ter sido fecundado por uma interação instantânea entre sujeito e objeto. O conhecimento nasce de uma dialética infértil, que se constitui sem ideia ou realidade, pois não começa em lugar nenhum, mas em si mesma. O processo é dialético, mas sua constituição requer um ponto de partida que não tem como ser ele mesmo.

Para o Materialismo Histórico a interação entre sujeito e objeto é mediada pelo pensamento e a primazia é do real, ou seja, a produção do conhecimento é inicialmente fecundada pela realidade material. Isto difere da concepção defendida por Paula (2009), quando afirma que embora Marx tenha “questionado o idealismo, nunca [conseguiu] se desprender dele e nem da filosofia da consciência, pois ainda que a realidade material se imponha, não há crítica possível sem o mundo das ideias e a presença do sujeito”. Esta leitura parece ignorar que para Marx a primazia do real não corresponde ao abandono do pensamento, das idéias e do sujeito, mas, ao contrário, corresponde à valorização do pensamento como mediador da consciência. A mediação do pensamento não é uma vinculação ao idealismo, pois este entende que a realidade material só é plenamente compreendida a partir do espírito, ou seja, a partir da ideia. Assim, sendo a ideia sobre o objeto o que constitui o objeto como tal, o conhecimento sobre a realidade não depende de como o sujeito a interpreta pela via do pensamento, mas de como o pensamento torna realidade cognoscível, reduzindo suas formas às ideias. Em ambos os casos há uma dialética entre sujeito e objeto, mas para o materialismo Histórico, o real é o ponto de partida por ser verdadeiramente o ponto de chegada.

Desta maneira, o Materialismo Histórico não recusa a interação entre objeto e sujeito, mas se opõe ao idealismo que esta vertente contém. Para o Materialismo Histórico a primazia, portanto, não é da interação entre matéria e consciência, pois esta é a forma de produção do conhecimento. Tampouco é da dialética, pois este é o método como o pensamento processa a interação. Esta formulação da primazia da dialética confunde a forma, o processo, o conteúdo da produção e do desenvolvimento do conhecimento com a ação do sujeito em relação ao objeto. Tal fórmula sugere que o que desencadeia o desenvolvimento da produção do conhecimento é uma dialética antecipada, quando a dialética é ao mesmo tempo movimento da realidade, forma de interação entre sujeito e objeto e manifestação do pensamento.

3.A Dialética

A dialética não tem uma única e definitiva concepção. Poder-se-ia afirmar, de maneira simplificada, que a dialética passou por diferentes etapas históricas revelando diversos modelos conceituais, todos vinculados ao pensamento dominante ou aos pensamentos de oposição em cada uma das fases. Resumidamente, a dialética experimentou cinco fases.

Na primeira fase encontra-se a dialética dos filósofos jônicos, especialmente representada por Heráclito e sua conhecida observação de que a água que corria sob a ponte não era a mesma que ele havia visto anteriormente. Esta observação da natureza em movimento desenvolve a dialética da sucessão. Na segunda fase e ainda na filosofia grega, a dialética foi considerada uma forma de razão usada como um modelo de perguntas e respostas, conforme se encontra exemplificado nos diálogos de Platão e na filosofia de Aristóteles. Na terceira fase, a dialética é usada por Kant (2008a) para descrever a necessária lógica da razão pura. Entendendo que o método de Descartes, fundado em um conjunto de procedimentos racionais com suas quatro regras para chegar à verdade representava o fim da filosofia², Kant propõe os “imperativos categóricos” para se compreender a realidade³. Com Hegel (2008a; 2008b), a dialética, em sua quarta fase, torna-se uma importante noção no pensamento moderno. Hegel reúne as noções de sucessão, coexistência e lógica para propor uma dialética histórica. Trata-se de uma dialética sob uma forma idealista. A quinta fase pode ser chamada a do Materialismo Histórico, em que a concepção de dialética refere-se à contradição entre classes sociais e entre forças e relações de produção e modo de produção.

Para Hegel (2008a), a dialética opera a partir de uma tese que contém dentro de si uma antítese. O choque destes contrários resultará em uma síntese. Tal síntese conterá sua própria contradição, ou seja, transformar-se-á em uma tese com sua antítese do que resultará nova síntese. O processo cessará, para Hegel, somente com a emergência de um sereno, maduro e completo autoconhecimento do Espírito Absoluto, que abole todas as contradições. Como se pode perceber, a dialética hegeliana é justamente chamada de idealista na medida em que parte e termina no plano das ideias. É a ideia ou o conhecimento que é capaz de definir a tese e sua antítese e é a ideia que poderá compreender a síntese. A dialética é uma construção do espírito, da ideia, ou seja, o real é apreendido e compreendido a partir da ideia. Contrariamente a Kant, não se trata de um imperativo categórico da moralidade, mas de uma lógica e de um caráter de universalidade. A contribuição de Hegel para a filosofia é inquestionável. Hegel introduz elementos importantes para a história do pensamento moderno, tais como, por exemplo, os conceitos de *em si* e *para si*, os fundamentos da fenomenologia e sua noção de totalidade, a concepção de essência versus aparência tratada na Fenomenologia do Espírito.

Para Marx e Engels (1981), não é a ideia que contém as contradições, mas o real. Também é o real que contém o movimento e é no real que se encontram as relações. Porém, é necessário que o pensamento também seja dialético para compreender o movimento dialético do real. Assim, a análise dialética se aplica a qualquer campo das ciências. Na área da administração e dos estudos organizacionais podem-se propor temas a partir de fatos mais

relevantes ou conhecidos. O exemplo a seguir procura ilustrar uma tese e uma antítese, ou seja, um fenômeno e sua contradição interna.

Exemplo: Globalização.

Tese: movimento de integração econômica, política e cultural no qual os países se abrem para os mercados e para as trocas e para manifestações de diferentes culturas, usufruindo dos benefícios dos avanços científicos, do acesso a informações via internet e satélite, entre outras;

Antítese: a integração permite que os países do bloco central comandem tanto os mercados de produção, através do domínio dos softwares e da propriedade tecnológica (microeletrônica, biotecnologia, engenharia genética, farmacologia, etc.), como o fluxo de capitais. Os países periféricos, para poderem inserir-se no mundo global, importam indústrias de alto composto tecnológico, geralmente poupadoras de força de trabalho e demandantes de importação de componentes sofisticados de alto custo. O resultado é aumento da dependência tecnológica e econômica da periferia para com o centro, desemprego (medido também pelo aumento da informalidade) e necessidade de financiamento do desenvolvimento (o que permite o livre passeio do fluxo de capitais estrangeiros de alta remuneração e o consequente aumento do endividamento externo e interno);

Uma questão a ser formulada poderia ser sobre o lugar da síntese. A síntese, de acordo com Marx, é um processo histórico em construção e, de acordo com Hegel, é um processo do pensamento. Assim, no exemplo, para o Materialismo Histórico a síntese ainda não se efetivou, pois se trata de um processo histórico em curso. Ao se realizar como síntese, ela constitui-se em uma tese com sua antítese. De qualquer forma, esta análise não poderia ser realizada ignorando a totalidade das relações sociais e de produção.

Para a dialética o que importa é a forma de análise, na qual é relevante a contradição, o movimento e como estes componentes dos fenômenos estudados se relacionam internamente tendo em vista uma totalidade. A totalidade não é a plenitude ou a absolutização, mas a análise não fragmentada do real. Entretanto, para que as pesquisas tenham um caráter teórico rigoroso é necessário que sejam definidas quais as categorias de análise que serão utilizadas para apreender o real e suas relações. Tais categorias devem ser buscadas na realidade para, então, encontrarem correspondência na teoria. Cada categoria pode comportar subcategorias ou elementos constitutivos que a detalhem. As categorias e elementos constitutivos devem ser encontrados no fenômeno não como o mesmo se manifesta imediatamente à consciência, mas a partir da elaboração da consciência mediada pelo pensamento, com a finalidade de compreender seu significado e sua contradição e, neste sentido, também o seu movimento.

4. A Dialética e o Materialismo Histórico

De acordo com diversos autores ((ABBAGNANO, 1971; CHEPTULIN, 1982; KONSTANTINOV, 1959; KOSIK, 2002; LEFEBVRE, 1975; POLITZER, BESSE, e LAVEING, 1977; REALE e ANTISERI, 1986; SWINGEWOD, 1978; TRIVINOS, 1992), do ponto de vista do materialismo marxista a natureza (o real) comporta dois estados: matéria e consciência. Para o Materialismo Histórico, tudo o que existe na natureza é matéria, mas nem toda a matéria é percebida pelos sentidos. Como se viu anteriormente, a matéria existe independentemente da consciência que dela se tenha, de onde decorre a primazia do real sobre a ideia no processo de apropriação do real concreto como concreto pensado. A forma que a matéria adquire é dada pelo seu conteúdo, ou seja, a forma não pode existir sem um conteúdo. Porém, a forma também condiciona o conteúdo, embora não o determine, pois a mesma não é pré-existente e imutável.

Forma e conteúdo interagem, mas são as contradições internas do conteúdo que podem modificar a forma nos limites das relações entre ambas: a matéria tem seu próprio movimento.

Assim a aparência (a forma) é inferior ontologicamente ao conteúdo (essência), mas não há como se compreender a realidade sem que se compreendam ambos, a forma e o conteúdo.

Já a consciência, tanto quanto a matéria, que também é realmente existente, não se confunde com a matéria, pois o sujeito é diferente do objeto, ainda que com ele interaja. Matéria e consciência não são estáticos, o que implica em que o pensamento é uma abstração da matéria quando com ela interage (concreto pensado), mas pode ser uma abstração idealista ou dogmática, quando existe independentemente da matéria (metafísica). Para o Materialismo Histórico as divindades (deuses, mitos, etc.) não existem realmente, o que não significa que não se possa estudá-las, porém não na perspectiva delas mesmas, mas como um problema da ideia da divindade (fatos reais). O Materialismo Histórico é, portanto, uma concepção do mundo, uma forma de compreender os fenômenos da natureza e da vida social (objetivos e subjetivos).

Existem, segundo os autores referidos, cinco características que distinguem o Materialismo Histórico de outros tipos de materialismo: (i) O mundo é material e os múltiplos fenômenos, que se relacionam e se condicionam reciprocamente, são diferentes aspectos da matéria em movimento; (ii) A matéria (realidade objetiva) é anterior à consciência, pois é a fonte das representações; (iii) O mundo é cognoscível, sendo a práxis (teoria e a prática) relevante para a consciência: não há diferença entre a propriedade de uma coisa e a própria coisa; (iv) O conhecimento não é uma operação pela qual o pensamento interpreta os dados dos sentidos, mas um processo complexo de interação entre o sujeito e o objeto; (iv) As leis da natureza e da sociedade são históricas, sendo a história uma construção humana marcada pelos modos de produção.

Para a dialética, no Materialismo Histórico, os objetos e os conceitos devem ser considerados em seu encadeamento, em suas relações mútuas, em suas ações recíprocas, em seu processo (nascimento, desenvolvimento, transformação). Tais objetos devem ser analisados no interior da formação histórica, na qual a verdade não é um conjunto de princípios definitivos, mas um processo em mutação. Tendo em conta estas duas questões, cinco características se levantam: (i) Tudo se relaciona (tudo se condiciona reciprocamente); (ii) Tudo se transforma (desenvolvimento incessante, pois este é o modo de ser da matéria: matéria sem movimento é tão inconcebível quanto o movimento sem matéria); (iii) Relação entre mudanças quantitativas (simples aumento ou diminuição da quantidade) e qualitativas (passagem de um estado ou qualidade para outro sem separar quantidade de qualidade, porque a quantidade é sempre quantidade de alguma coisa, é quantidade de uma qualidade, e a quantidade se transforma em qualidade e esta novamente em quantidade); (iv) Permanente luta dos contrários (os fenômenos possuem contradições internas; a realidade é ao mesmo tempo, ela mesma e outra coisa, diferente dela; a contradição interna é uma “causa fundamental” ou de primeira ordem e as relações externas são “causas complementares” ou de segunda ordem; toda a mudança qualitativa é a mudança fecunda de uma contradição); (v) Terceiro incluso ou negação da negação: todo o fenômeno é, ao mesmo tempo, o que ele afirma (tese) e o seu contrário (antítese). Da luta entre o que afirma e o que nega, resulta outra negação (síntese).

Para a fenomenologia dialética, a sociedade é um processo que envolve tanto a atividade humana subjetiva quanto a estrutura social objetiva, ou seja, os homens produzem a sociedade e são produzidos por ela. Marx entende que nesta formulação “o produto retroage sobre o produtor”, pois a sociedade não é um fenômeno dado, mas é construída coletivamente no âmbito das relações sociais e de produção. Como tal, a consciência não pode ser resultado ou reflexo da realidade objetiva. Aqueles que pensam que o homem é produto das circunstâncias, diz Marx, esquecem que as circunstâncias são mudadas pelos homens. “O próprio educador deve ser educado”, afirma Marx (1982).

A dialética não implica em desenvolvimento (progresso) histórico definido, necessário e inevitável. Primeiro, porque a regressão (que nunca se dá nos mesmos termos) histórica é tão possível quanto a progressão (e.g. declínio de Roma); segundo, porque o futuro será o que a práxis humana for capaz de construir: não existe tal objetividade extra-histórica e extra-humana. Afirmar uma realidade independentemente dos homens (ENGELS, 2010) é invocar um conceito metafísico da matéria como sendo externo e absoluto: a história nada faz por si, mas o homem é quem desencadeia as mudanças em suas relações históricas. Assim, ao contrário das críticas segundo as quais o pensamento de Marx é determinista, mecanicista ou reducionista (tudo se reduz à determinação da estrutura econômica), sua concepção é a de que todo o processo procede em forma de interação. Não uma interação simples de fatores (do tipo “os homens produzem a sociedade e são produzidos por ela” ou X influencia Y que influencia Z), mas complexa, dinâmica e contraditória. O método de Marx baseia-se na categoria da totalidade, que compreende a relação do simples para o complexo, ou seja, totalidade não como realidade absoluta, mas como uma unidade não fragmentada. Para Marx (1974), o método que analisa os fatos sem investigá-lo em sua totalidade, em suas contradições e movimentos, termina por propor leis universais abstratas aplicáveis a quaisquer casos.

A concepção segundo a qual a sociedade é construída com base na interpretação que dela os homens fazem, ou seja, que a realidade é construída socialmente (BERGER; LUCKMANN, 1987), não é outra coisa senão um “atomismo social”, um axioma metodológico em que as opiniões são mais reais que a análise histórica objetiva. Metodologicamente é incorreto, para o Materialismo Histórico, começar a análise social a partir de fatos isolados (instituições, população, classes) porque estes pressupõem uma sociedade econômica, política e socialmente específica. Trata-se de partir destas abstrações, mas para reconstruí-las pela via do concreto pensado e não partir delas tais como estão dadas para a observação imediata.

Para o Materialismo Histórico, a questão quanto a se a verdade objetiva pode ser atribuída ao pensamento humano não é uma questão teórica, mas uma questão prática. Mesmo assim, tal verdade jamais será absoluta, pois ela é sempre referente ao momento e às condições históricas e materiais. Quanto mais se desenvolve o conhecimento, mais se apresentam novas indagações e mais as “verdades” são desfeitas. Portanto, a verdade, enquanto resultado do conhecimento, jamais será definitiva. Os sujeitos possuem conhecimento, decorrente de sua práxis. Este conhecimento sempre oferecerá uma verdade passageira, falsificável, que será superada pelo desenvolvimento deste mesmo conhecimento.

Em linhas gerais, do ponto de vista da pesquisa em administração, quatro pontos merecem destaque até aqui. O primeiro é que na natureza, na economia, na sociedade, nas unidades produtivas e de circulação de mercadorias e de capital, os objetos não são um amontoado acidental de fenômenos separados, independentes, isolados, mas uma totalidade coerente, orgânica, em que tudo se relaciona com um ou vários sentidos, em que cada fenômeno condiciona outros e é por eles condicionado. Nada pode ser compreendido fora dos seus fenômenos circundantes. O segundo é que, como afirma Engels (2010), não há e nem poderá haver jamais matéria sem movimento, pois *matéria sem movimento é tão inconcebível quanto movimento sem matéria*. A pesquisa, portanto, não pode se contentar em ser descritiva, em esgotar sua investigação no momento da análise sem considerar seu desenvolvimento. A descrição serve de base para a formulação de conceitos e estes são utilizados para explicar movimento e não para descrevê-lo. O terceiro é que existem duas espécies de mudança. As mudanças quantitativas, que são transformações simples que não interferem na natureza essencial do objeto/fato; as mudanças qualitativas, que são passagens de um estado a outro. A segunda não acontece sem a primeira: mudanças mínimas (quantitativas) vão se acrescentando e provocam, em determinado momento, um salto ou

mudança de qualidade. Isto explica porque as pequenas mudanças podem levar a uma ruptura de uma determinada estrutura. Esta passagem também permite distinguir evolução (ou reforma) de revolução, crescimento de desenvolvimento, contingente de necessário. O salto de qualidade (passagem do inferior para o superior), quando se opera, é resultado de um acúmulo às vezes imperceptível de pequenas mudanças. Na pesquisa deve-se sempre observar como pequenas mudanças (quantitativas) levam a mudanças radicais (qualitativas) ou como a quantidade se transforma em qualidade, já que ambos os movimentos são inseparáveis. O quarto é que da interação das forças contraditórias, em que uma nega a outra, surge uma terceira, que é a negação da negação, a síntese, o novo. A síntese contém elementos dos contrários de onde surgiu (da tese e da antítese), mas não se confunde mais com os mesmos. Ao se concretizar, a síntese se transforma em nova tese, com seu contrário, sua antítese. O choque dos contrários é o motor de toda a mudança na natureza e o motor do pensamento, mas nada se realiza na história social dos homens que não seja decorrente de sua práxis.

Antes de seguir adiante, cabe, ainda, o alerta de que a lógica dialética não faz desaparecer a expressão formal. A investigação dialética e o pensamento dialético são expressos de maneira formal, ou seja, de forma organizada, sistematizada, dividida, categorizada. A dialética se distingue pela origem e não pela expressão. Enquanto a natureza e a produção de ideias são dialéticas, sua expressão é sempre formal. O que é pensado dialeticamente tem que ser expresso formalmente, pois se acha subordinado às categorias da linguagem (formadas por força de sua constituição social).

5. A Dialética e a Relação Sujeito-Objeto: da investigação à exposição

Antes de tratar das características da dialética marxista, é preciso esclarecer a relação sujeito↔objeto e consciência↔matéria. Do ponto de vista ontológico, o marxismo tratará a construção do conhecimento como um processo devido à relação entre o ser, a consciência, e a matéria (MARX e ENGELS, 2007). A consciência é, para Marx, o ser consciente e o ser (no caso, ser do ser humano) é seu processo histórico e social. O ser humano não pode ser outro que não o sujeito social hegeliano, o ser dos impulsos, da racionalidade, da objetividade e da subjetividade. De fato, os sujeitos são, para Marx (1977b), produtores de suas ideias ainda que condicionados pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas e pelas relações sociais, de produção e de troca. Marx (1982) critica o materialismo de sua época por considerar que o mesmo apreende o objeto, a realidade, a sensibilidade apenas sob a forma de objeto, de intuição e não de atividade humana sensível, de práxis, subjetivamente.

Neste sentido, pode-se questionar o argumento defendido por Viana (2007) segundo o qual para o materialismo dialético a relação sujeito↔objeto é inconcebível, pois sujeito e objeto são conceitos metafísicos. Destaca-se, neste ponto, uma questão curiosa. Em diversas passagens de textos de Marx e Engels aparece a expressão “espírito”, cujo significado não deve ser exatamente o exposto por Descartes ou por Kant, mas por Hegel (1995), ou seja, o sentido subjetivo (alma, intelecto, razão), que é o cartesiano, o sentido objetivo (as instituições fundamentais do mundo) e o sentido absoluto (arte, religião, filosofia). As duas últimas deixaram de ser subjetivas para se tornar realidade histórica, mundo de valores. Entretanto, há uma omissão sistemática do uso desta expressão por parte de alguns intérpretes do marxismo, como a esconder o termo. Hoje a neurociência já provou que o pensamento é razão e emoção e que este processo entre o consciente e o não consciente é condição do sujeito.

O sujeito é concreto exatamente porque é o sujeito do pensamento e é o sujeito da consciência. Não há pensamento sem sujeito, assim como não há consciência sem sujeito. O pensamento e a consciência não existem fora do sujeito individual ou coletivo. O conceito de sujeito remete à totalidade, ao consciente e ao inconsciente, ao objetivo e ao subjetivo, ao racional e ao sensível, enquanto os conceitos de pensamento e consciência referem-se a uma

das operações da prática humana, certamente uma das mais relevantes. O que Marx afirma (1977a) é que “o conjunto de relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade sobre a qual se erige uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência”. “Portanto, o modo de produção da vida material em geral condiciona o processo da via social, política e espiritual”. O que Marx deseja mostrar é que o ser social do homem condiciona a sua consciência, mas não que o homem é ele mesmo uma consciência. A condicionalidade não é um fatalismo, o que seria possível na fórmula em que a matéria determina a consciência. A condicionalidade anuncia que há um sujeito social, sujeito ativo e condicionante (MARX e ENGELS, 2007) da construção social que, intervindo na estrutura, é o único a ser capaz de transformá-la, recriando-a em outras bases e se autocondicionando por meio dela.

Da mesma forma, entra-se na discussão sobre matéria e objeto. Viana (2007) entende ser metafísico o conceito de objeto. Caso se considere matéria do ponto de vista aristotélico, enquanto sujeito ou potência, é necessário concebê-la como elemento passivo do qual são formadas todas as coisas. Mas para o Materialismo Histórico não é do que se trata. Objeto é o do conhecimento, da pesquisa, do estudo. Marx e Engels (1976. p. 8), ao introduzirem suas críticas ao pensamento especulativo dizem textualmente: “nossa exposição está, naturalmente, condicionada pelo seu objeto”. Quer isto dizer que para eles há um objeto que condiciona a exposição, um objeto a conhecer.

Objeto inclui também as coisas do espírito, o simbólico, o imaginário, inclusive para criticá-los como objetos ou como propriamente imaginário, tal qual se pode observar na crítica da ideologia alemã ou na leitura da mercadoria e seu duplo valor e no fetiche da mercadoria enquanto atribuição fantasiosa de qualidades a ela conferida que ultrapassa sua forma de produto social. O objeto não é algo a ser deificado, não é “objeto da teoria”, afirma Marx (MARX e ENGELS, 1976. p. 31), mas do pensamento que a partir dele pretende fazer teoria. A recusa ao objeto, para Marx, só é condenável e profano ao pensamento especulativo.

A dialética marxista é uma crítica severa à dialética hegeliana, pois para Marx (2010), Hegel concebeu corretamente o movimento do real e do saber enquanto negatividades sucessivas, mas o fez de forma abstrata e especulativamente. Para Marx é necessário reencontrar a experiência total sob o modo de uma experiência ao mesmo tempo particular e concreta, ou seja, ao contrário de Hegel, é preciso descobrir o sentido completo da história na própria história e não fora dela.

Assim, a dialética não é a superação da primazia do concreto ou da ideia, ou seja, não existe uma primazia da dialética na relação do sujeito com o real, pois a dialética não é a origem do conhecimento, mas sua forma. A dialética é, ao mesmo tempo, processo, movimento e relação sujeito↔objeto, a qual nem é separação absoluta e nem ligação imediata, mas separação sempre ao mesmo tempo renovada e suprimida, de forma a ser finalmente conciliada através de mediações sucessivas. A primazia é, assim, do real e é na dialética sujeito↔objeto que o real concreto, através de mediações sucessivas, se concilia consigo mesmo na forma de real pensado. Portanto, a supressão da separação sujeito↔objeto não é a supressão do próprio objeto e da objetividade do sujeito, mas a afirmação da dialética de uma relação dinâmica e tensionada.

Assim, não tendo atingido o real concreto pela via do pensamento, como real pensado, já que o concreto foi reduzido a mera abstração, o pensamento vê no real não o movimento deste, mas o seu próprio movimento, considerando como realidade aquilo que é abstração, proveniente de um sujeito exterior ao objeto. Aí é que se encontra o processo de transcendência do pensamento sobre a realidade referido no início. O sujeito eleva-se sob a forma de uma consciência de si, como a origem do desenvolvimento do real concreto, de tal forma que, ao final, o concreto é suprimido ao ser reduzido a um momento abstrato

transcendente. Feito isto, é possível retirar ou dar ao objeto características que o pensamento subjetivamente define para ele, independentemente daquelas que o mesmo venha a ter.

Para o Materialismo Histórico não há como suprimir a existência concreta, empírica, do objeto, sejam quais forem os métodos adotados, pois o pesquisador efetivamente não “sai do real” para elevar-se à contemplação deste objeto. Desta maneira, não é o real que deve ser suprimido, mas a alienação que impede a apropriação da essência objetiva da coisa, do objeto, ou seja, o que se deve suprimir na relação sujeito↔objeto é a percepção alienada da objetivação real (MARX, 2010). É neste sentido que no campo da pesquisa em administração, sempre que uma organização é tomada como uma abstração, ou seja, como coisa em si esvaziada de materialidade, a alienação que acomete o pesquisador o coloca não em confronto com o concreto, mas com as ideias, de tal maneira que este acredita que confrontando as ideias confrontará a realidade que elas mascaram. O Materialismo Histórico, assim, recusa a concepção hegeliana de que o movimento se encontra em um universo transcendente ao movimento real, concepção esta que destrói a autonomia do movimento da realidade para reassumi-lo em seguida, no plano da subjetividade, como ideia.

É preciso também indicar que a lógica da exposição teórica difere da lógica da descoberta do processo real, pois enquanto a primeira se apresenta relativamente organizada, a segunda se encontra em permanente movimento contraditório que somente se define quando a realidade é apropriada pelo pensamento como realidade pensada. O pensamento dialético que se encontra na investigação do real, encontra-se na exposição teórica como um exercício efetivo, mas sua forma segue uma lógica expositiva.

6. O Método em Marx

Em 1858, em uma carta a Engels, Marx (1983) admite o valor, para a metodologia científica, da Ciência da Lógica de Hegel (1995), atribuindo importância ao que é racional no método, mas indicando que Hegel o havia envolvido em misticismo. Da Ciência da Lógica Marx vai buscar a categoria da totalidade enquanto preceito metodológico que compreende a relação do mais simples ao mais complexo, a qual utilizará, por exemplo, em *O Capital*, partindo da forma simples de valor, para a mercadoria, para as relações de troca e assim sucessivamente, de maneira que fosse possível desvendar as contradições do capitalismo, relacionadas na totalidade do modo de produção capitalista. É assim que Marx (2008) considera as relações de produção de cada sociedade como um todo.

Esta categoria da totalidade remete não apenas a uma metodologia, mas a uma epistemologia. Ao criticar as análises da sociedade que partem da *ficção do indivíduo* o que estava sendo criticado era a impossibilidade de reconstrução do todo, pois o indivíduo, parte deste todo, somente é importante quando no todo, quando no coletivo, nas relações com outros, com outras partes do todo e com o todo. O sujeito individual necessita ser sujeito coletivo, pois enquanto sujeito individual suas relações significativas apenas podem ser estabelecidas em termos coletivos. Nos estudos na área de administração, portanto, estudar os indivíduos é admitir a impossibilidade de estudar a unidade produtiva em que se encontra.

Ao percorrer os diversos textos esparsos em que Marx se refere ao método, ou mesmo naquele em que trata especificamente do tema (MARX, 1974), fica evidenciado que sua concepção de metodologia não se confunde com a de técnica de pesquisa, com procedimentos operacionais ou instrumentais de coleta e tratamento de dados ou informações. O método é antes de mais nada a forma de mediação entre o sujeito ou o pensamento e o real ou a matéria, em que aquele deseja apreender este como objeto do conhecimento.

Para Marx, o ponto de partida do processo de construção do conhecimento está no real concreto, que se constitui na matéria ou no objeto sobre o qual o sujeito (o pensamento, a consciência) age criativamente na produção de teoria. A construção do conhecimento é, então, um processo que vai do real concreto ao abstrato que o elabora na forma de real pensado. É

com este real pensado que o sujeito retorna ao real concreto de onde saiu, não mais da forma como saiu, não mais da maneira fenomênica, do conhecimento da coisa em si, mas trazendo consigo o conhecimento da estrutura da coisa.

Para Marx, o método científico deve ser um movimento dialético ao mesmo tempo do real e do pensamento. É por este motivo que se pode afirmar, com Calvez (1959), que *o problema do método é o problema central do pensamento marxista*.

Marx (1974) argumenta que começar um estudo por uma base sólida concreta pode parecer um bom método, mas sem que lhe proceda a uma análise profunda, chegando a noções cada vez mais simples, este método é errôneo. Nas pesquisas em administração, um estudo sobre unidades produtivas, por exemplo, poderia começar pelo que constitui a base de sua estrutura e de sua produção, que é a totalidade dos sujeitos que nela atuam. Mas, esta unidade produtiva é uma abstração se não se consideram os grupos sociais que a compõem⁴. Todavia, tais grupos sociais também não têm sentido caso se ignore “os elementos sobre os quais se assentam”, como a divisão do trabalho, o controle sobre a gestão e o processo de trabalho, o controle sobre a hierarquia gestora e o processo decisório, a posição estratégica e política na gestão, a posse e a propriedade dos meios de produção, etc. O estudo da unidade produtiva exige que se estabeleça sua materialidade. Se a análise começasse pela “unidade produtiva em si”, ainda que ela seja a raiz e o motivo de todo o processo, ter-se-ia, parafraseando Marx (1974, p. 37) “uma visão caótica do conjunto”.

Partindo do conjunto dos sujeitos, da “população da unidade produtiva”, passa-se para abstrações cada vez mais sutis até chegar às categorias mais simples. Deste ponto, volta-se à “unidade produtiva”, mas aí já não se terá uma ideia caótica do todo e sim “um conjunto rico de determinantes e relações complexas”. Quando se analisa uma unidade produtiva a partir destas categorias mais simples (divisão do trabalho, processo e mecanismos de controle, comando sobre a estrutura hierárquica, posse e propriedade dos meios de produção, etc.), torna-se possível alinhar categorias mais elaboradas e abstraídas. Tais categorias se elevam até as investigações sobre relações de poder, sobre estratégias competitivas no mercado, associações (fusões, incorporações, cartelizações), cadeias produtivas, complexos industriais nacionais e internacionais, etc.

Este é o método correto para Marx que, evidentemente, difere daqueles em que a investigação inicia por um elemento de aparência concreta, como por exemplo, o estudo de redes organizacionais, de estratégias institucionais, de crenças e valores instituídos, mas que verdadeiramente se trata de uma abstração arbitrária, pois os elementos que o constituem são, também eles, abstrações. Estas análises tomam a ideia (a abstração), a razão (racionalidade) como ponto de partida. Há, assim, um pressuposto de que, por exemplo, existem elementos sociais dados (instituições), definidos não por relações sociais concretas, mas por um conjunto de crenças, costumes, valores, usos e interesses que se impõem aos sujeitos. Estas análises diferem daquela do Materialismo Histórico não só epistemológica, como metodologicamente, porque para o Materialismo Histórico, os métodos que se valem de sistematização de categorias predeterminadas, de concepção de um mundo imutável ou conhecível do exterior apenas concretizam o conhecimento e absolutizam os diversos aspectos relativos do saber (CALVEZ, 1959).

Assim, por exemplo, ao se estudar uma unidade burocrática, pode-se considerar que a mesma existe desde que se constituíram as primeiras organizações e se definiram regras, hierarquias, procedimentos, disciplina, etc. Geralmente, considera-se que os exércitos foram as primeiras burocracias. Como as estruturas e sistemas de regras, disciplina, hierarquia, etc. permanecem até os dias atuais, entende-se que a burocracia em essência não se transformou, ou seja, que existe desde que as organizações existem. Para o Materialismo Histórico, a noção de burocracia, neste caso, é abstrata, idealista, racional, sendo necessário atribuir materialidade histórica à organização burocrática. A organização burocrática é uma abstração

arbitrária se a ela não se conferir materialidade (CUNHA, 2010). Deste modo, se é correto que sistema de regras, hierarquia, disciplina, etc. estejam presentes nas organizações burocráticas em geral desde seu surgimento, não é verdade que tal organização seja a mesma e que possa ser tratada genericamente como uma burocracia. Sem atribuir materialidade histórica à organização burocrática, chega-se a noções abstratas da mesma, afastando-a de suas atividades práticas historicamente definidas.

Para Marx (1974, p. 38):

O concreto é concreto já que constitui a síntese de numerosas determinações, ou seja, a unidade da diversidade. Para o pensamento constitui um processo de síntese e um resultado e não um ponto de partida. É para nós o ponto de partida da realidade e, portanto, da percepção e da representação. No primeiro caso, a concepção plena se dissolve em noções abstratas. No segundo, as noções abstratas permitem reproduzir o concreto pela via do pensamento. Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se concentra em si próprio, se aprofunda e se move por si, enquanto o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento a forma de se apropriar do concreto, ou seja, o modo de reproduzi-lo sob a forma de concreto pensado. Mas, este não é de modo algum o processo da gênese do próprio concreto.

Convém, aqui, analisar em detalhe esta concepção.

Quando se analisa um objeto em um determinado campo concreto, o real aparece como uma unidade. Entretanto, o pesquisador deve saber que esta unidade é uma síntese (uma fusão de uma tese e de uma antítese em uma noção ou em uma proposição nova que retém o que elas têm de legítimo e as combina mediante a introdução de uma instância superior, um resultado de uma contradição dialética) de numerosas determinações. O concreto é uma unidade para o pesquisador, mas uma unidade que se origina da diversidade;

Para o pensamento, o concreto é um resultado. O concreto constitui um processo de síntese para o pensamento porque o pensamento se apropria do real. A primazia é do real e não do pensamento. Não é o pensamento que cria o real, ou seja, o pensamento não é o ponto de partida, mas é o real que dá origem ao pensamento sobre ele. Contudo, o pensamento se apropria do real não como o mesmo é exatamente, mas como real pensado. O concreto é o ponto de partida da realidade e, deste modo, é o ponto de partida da percepção e da representação;

Como processo de síntese para o pensamento, a concepção plena se dissolve em noções abstratas. Como já mencionado, a concepção plena se dissolve em categorias mais simples, as quais permitem alinhar categorias mais elaboradas e abstraídas. Estas noções abstratas do mais simples ao mais complexo permitirão ao sujeito (pesquisador) se apropriar do real pelo pensamento;

O real, enquanto ponto de partida da realidade, ou seja, da percepção e da representação, se apresenta para o pensamento como um conjunto de noções abstratas que permitem ao sujeito (pesquisador) reproduzir o concreto pela via do pensamento;

O real não é o resultado do pensamento que se concentra em si próprio, do pensamento que se aprofunda e se move por si, como propunha Hegel. É importante reter esta observação, porque parte significativa das pesquisas em unidades produtivas e de circulação de mercadorias e de capital aborda o real como resultado do pensamento, de forma que o sujeito lança hipóteses sobre o mesmo ou faz “leituras” sobre o mesmo sem que o real se pronuncie ao sujeito. O real resulta, desta maneira hegeliana, da ideia que o sujeito faz dele sem que ele se apresente ao sujeito. O pensamento (a razão) se concentra em si mesmo, se aprofunda em suas elucubrações e se movimenta por sua própria disposição, porque o pensamento deseja conceber o real como resultado de sua produção independente. Uma vez pensado o real, o sujeito dirige-se a ele para confrontá-lo com o seu pensamento acerca do mesmo;

O método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto, isto é, de compreender o concreto a partir de categorias mais simples e mais elaboradas e complexas, é para o pensamento a forma de se apropriar do concreto, ou seja, o modo de reproduzi-lo sob a forma de concreto pensado. Contudo, o processo como o real pensado reproduz o concreto não é de modo algum o processo da gênese do próprio concreto, pois o pensamento opera, a partir do concreto, uma abstração dele, enquanto o mesmo se apresenta para o pensamento apenas na forma que este pode conhecê-lo.

O movimento que vai do concreto ao concreto não é uma circularidade simples em que o sujeito pesquisador volta a encontrar o ponto de partida tal como o deixou. É um percurso dialético enriquecido com as múltiplas determinações do real que o sujeito foi capaz de desvendar e com as reelaborações que o sujeito foi capaz de fazer em suas reflexões, pois ambos, sujeito e objeto, se moveram no processo. Desta forma, o real concreto que o sujeito reencontra é apenas aparentemente o mesmo de onde ele saiu, pois o concreto não se apresenta mais ao sujeito em sua forma fenomênica e o sujeito não o percebe mais como conhecimento imediato. Ao reproduzir o concreto o sujeito o faz em sua forma apropriada pelo pensamento, como real pensado, elaborado, sintético, como totalidade síntese de sentido, pois o sentido do real deve ser buscado nele mesmo e não fora dele.

Como se nota, o concreto encontra-se no ponto de partida e no ponto de chegada. A primazia é, portanto, do real. Contudo, se o real não for considerado pelo pesquisador em toda sua riqueza e extensão, o mesmo será abandonado como concreto e não será reencontrado no ponto de chegada do processo científico sequer em seu aspecto fenomênico, reduzido. Como argumenta Marx (1974), “a representação plena é volatilizada na determinação abstrata”. Deste modo, para o Materialismo Histórico o concreto deve estar igualmente no ponto de saída (conhecimento imediato) e no de chegada (conhecimento mediato) do processo científico. Há aqui, contudo, uma questão crucial que diferencia o método no Materialismo Histórico com outros métodos: o concreto pensado é uma reprodução enriquecida do concreto no plano da consciência e não uma produção do concreto pela consciência. O processo científico reproduz o concreto como concreto pensado, ou seja, o pensamento atua na mediação entre a matéria e a consciência na apropriação do real e na exposição conceitual ou teórica. A primazia do real, contudo, não consiste em uma garantia de que todo o processo de investigação leve ao seu retorno (ao concreto). Do real só se pode conhecer efetivamente aquilo que dele se pode apropriar como real pensado.

Para Marx (1974, p. 39):

O real torna-se assim o mundo concebido. O movimento das categorias aparece a esta consciência como um verdadeiro ato de produção que recebe um simples impulso do exterior. Deste modo, o movimento das categorias tem como resultado o mundo. Isto é correto na medida em que a totalidade concreta (posto que é totalidade pensada ou representação intelectual do concreto) é produto do pensamento e da representação. Mas não é produto absoluto do conceito que se originaria a si próprio, que pensaria acima e à parte da percepção e da representação; é produto da elaboração dos conceitos partindo da percepção e da intuição. Assim, a totalidade que se manifesta na mente como um todo pensado é produto do cérebro pensante que se apropria do mundo pela única forma possível.

Ainda que se possa intuir que há mais do que se percebe e se elabora, o real, para a consciência, é apenas o que pode ser concebido a partir do concreto. De volta às categorias, Marx (1974, pp. 40-41) sustenta que não é errado afirmar que “as categorias mais simples expressam relações nas quais o menor desenvolvimento do concreto” não produziu “uma relação mais complexa, expressa intelectualmente pela categoria mais complexa”. Isto porque as “categorias mais simples podem subsistir como relações subordinadas quando o concreto está mais desenvolvido”.

Pode-se, portanto, dizer que a categoria mais simples pode expressar tanto as relações essenciais de um conjunto ainda pouco desenvolvido, como as relações secundárias de um conjunto muito desenvolvido. Estas relações existiam já, historicamente, antes de o conjunto se ter desenvolvido ao nível da categoria mais concreta. A transição do pensamento abstrato, que vai do simples ao concreto, reflete assim o processo histórico real (MARX, 1974, pp. 40-41). Embora a categoria mais simples possa existir antes da categoria mais concreta, a mesma pode vir a pertencer, em seu completo desenvolvimento (intensivo e extensivo), a uma forma de unidade produtiva complexa. Também deste modo, a categoria mais desenvolvida pode ser encontrada em uma forma de unidade organizada menos avançada ou menos complexa. Como mostra Marx (1974, p. 42), o trabalho, à primeira vista, é “uma categoria muito simples e a ideia do trabalho em geral – trabalho simplesmente – é tão antiga como o mundo. Concebido do ponto de vista econômico, em toda a sua simplicidade o ‘trabalho’ é, todavia, uma categoria tão moderna como as relações que geram esta abstração pura e simples”. Este exemplo do trabalho mostra que:

Levando-se em conta o que define Marx, um estudo realizado em uma unidade produtiva e de circulação de capitais deveria considerar: (i) “as noções abstratas e gerais mais ou menos válidas” para todos os tipos de unidade; (ii) “as categorias que constituem a estrutura interna” da unidade produtiva capitalista contemporânea sobre as quais assentam os grupos sociais fundamentais (trabalhadores e capitalistas) e, nesta direção, a posse e propriedade dos meios de produção, o trabalho assalariado, a divisão do trabalho, os processos decisórios, os mecanismos de controle, a estrutura hierárquica e de comando, entre outras, e as relações recíprocas que se estabelecem entre estas categorias; (iii) as relações das unidades produtivas na sociedade e no Estado (considerado em si mesmo, pois o Estado não é senão a sociedade civil organizada), a competição, as estratégias; (iv) as relações internacionais de produção, a divisão internacional do trabalho, a reestruturação produtiva, o Globalismo e as transações internacionais; (v) a integração mundial e as crises de acumulação.

Reflexões Conclusivas

Não é correto conceber o método no Materialismo Histórico como um procedimento linear do tipo Fenômeno – Abstração – Real Pensado – Real Concreto. Esta é uma forma de explicá-lo. Não existe uma única viagem entre o ponto de partida e seu retorno ao ponto de chegada. Este caminho precisa ser percorrido diversas vezes até que a consciência se aproprie da matéria como real pensado⁵.

A sociedade é um todo social complexo na qual o sujeito individual não se encontra separado do pensamento, da consciência, da subjetividade. Entretanto, se apenas a consciência é um elemento físico, enquanto o sujeito individual é um elemento metafísico, este sujeito é igualmente um elemento físico, objetivado, pois ele existe para o outro como sujeito individual real, como parte de unidades estruturadas complexas, de grupos sociais, de comunidades, de coletivos, de classes sociais. Neste sentido, Marx e Engels entendem que os conceitos e noções deduzidos da filosofia e apropriados pelos filósofos como domínio privilegiado, emanam da *práxis* e são fundamentados nela e por ela, porque ela é objetiva, “mas é nela e por ela que se constitui o ‘sujeito’, a consciência real do homem real” (LEFEBVRE, 1991. p. 20). O sujeito é, então, a consciência real do homem real, porque não há homem real sem consciência real e tampouco há consciência real fora do homem real. Reduzir a relação do sujeito com o objeto a apenas uma relação entre o pensamento e a matéria ou entre a consciência e a matéria leva à metafísica. O sujeito é concreto exatamente porque é o sujeito do pensamento e é o sujeito da consciência real. Não há pensamento sem sujeito, assim como não há consciência real sem sujeito. O conceito de sujeito remete à

totalidade, à consciência real do homem real, já os conceitos de pensamento e consciência referem-se a uma das operações da prática humana.

O que Marx (1977a) deseja mostrar é que o ser social do homem condiciona a sua consciência, mas não que o homem é ele mesmo uma consciência. A consciência é, então, condicionada pelo ser social do homem, o qual somente se torna este ser pelas relações que estabelece com a “realidade social” que o “produz” enquanto ser social. Caso contrário, cair-se-ia na tese hegeliana segundo a qual seria a consciência que determinaria o ser social do homem ou, dito de outro modo, a consciência criaria o sujeito social. A condicionalidade não é um fatalismo, o que seria possível na fórmula em que a matéria determina a consciência. A condicionalidade anuncia que há um sujeito social, sujeito ativo e condicionante (MARX e ENGELS, 2007) da construção social que, intervindo na estrutura, é o único a ser capaz de transformá-la, recriando-a em outras bases e se autocondicionando por meio dela. “Marxismo sem dialética é como relógio sem corda”, afirma Trotsky (1993).

Ao fazer a crítica ao pensamento abstrato, especulativo, Marx explicita de forma extraordinária os fundamentos de sua epistemologia. Para Marx (MARX e ENGELS, 2007. p 53) o que importa ao pensamento especulativo é o *a priori*, a origem e o fim do fenômeno, por isso ele combate “todo o dado vivo, todo o imediato, toda a experiência sensível, de um modo geral toda a experiência *real*, da qual não se pode nunca *saber* de antemão de onde vem e para onde vai”. A especulação “move-se fora do objeto que pretende tratar”. Assim, a contradição inteira é “o movimento de seus dois polos”, sendo a natureza deles a condição prévia da existência do todo. Deste modo a especulação não necessita do real e da contradição, já que, depois de “criar o todo enquanto tal”, pode abolir a abstração que o criou.

No campo das pesquisas em administração o Materialismo Histórico se contrapõem à prática mais usual de investigação, expondo uma epistemologia na qual o conhecimento da realidade objetivada, pensada, precisa romper com as noções de absolutização e imutabilidade de que se reveste no plano imediato para revelá-la como substância no plano mediato.

Referências Bibliográficas

- BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. A Construção Social da Realidade. 7ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- CALVEZ, Jean Yves. La Pensée de Karl Marx. Paris: Éditions de Seuil, 1959.
- CUNHA, Elcemir Paço. Gênese, Razoabilidade e Formas Mistificadas da Relação Social de Produção em Marx: a organização burocrática como abstração arbitrária. Belo Horizonte : CEPEAD/UFMG, 2010. Tese de Doutorado.
- ENGELS, F. Anti Düring. Porto: Presença, 1979.
- _____. A Dialética da Natureza. São Paulo, Paz e Terra, 2010.
- HEGEL, G. F. Enciclopédia das Ciências Filosóficas. São Paulo: Loyola, 1995. 3 Volumes.
- _____. Princípios da Filosofia do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. Fenomenologia do Espírito. Petrópolis: Vozes, 2008 a.
- _____. A Razão na História. São Paulo: Centauro, 2008 b.
- KANT, Immanuel. “Fundamentação da metafísica dos costumes”. In *Textos selecionados*. São Paulo, Abril, 1984.
- _____. Crítica da Razão Pura. 2ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2008 a.
- _____. Crítica da Razão Prática. São Paulo: Martin Claret, 2008 b.
- KONSTANTINOV, F. V. Los Fundamentos de la Filosofía Marxista. Ciudad del México: Editorial Grijalbo/Academia da Ciências de la U.R.S.S, 1959.
- KOSIK, Karel. Dialética do concreto. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. Lógica Formal, Lógica Dialética. São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.
- MARX, Karl. El capital. Buenos Aires: Biblioteca Nueva, 1946.

- _____. O Método na Economia Política. Lisboa: Venda Nova – Amadora, 1974.
- _____. Elementos Fundamentales para la Crítica a la Economía política: grundrisse. Madrid: Siglo XXI, 1976.
- _____. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo, Martins Fontes, 1977a.
- _____. 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977b.
- _____. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, F. Obras escolhidas, Tomo I, Lisboa, Avante, 1982, pp. 1-3
- _____. A Miséria da Filosofia. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- _____. Manuscritos Econômicos Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. ENGELS, F. A Sagrada Família ou Crítica da Crítica Crítica: contra Bruno Bauer e consortes. 2ª. Ed. Lisboa: Presença, 1976.
- _____. Obras escolhidas. Lisboa: Avante, 1983. 3 Volumes.
- _____. A ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOSER, Paul K. Realismo, objetividade e ceticismo. In: GRECO, John; SOSA, Ernest. Orgs. Compêndio de Epistemologia. São Paulo: Loyola, 2008. pp. 117-151.
- PAULA, Ana Paula Paes de. Ser ou não ser, eis a questão: a crítica aprisionada na caverna de Platão. Cadernos EBAPE, v. 7, nº 3, artigo 6, Rio de Janeiro, Set. 2009 p. 498-503.
- SANTOS, Luis Martín. Una epistemología para el marxismo. Madrid: Akal Editor, 1976.
- TROTSKY, Leon. O Pensamento Vivo de Karl Marx. São Paulo: Ensaio, 1993.
- VIANA, Nildo. Escritos Metodológicos de Marx. Goiania: Alternativa, 2007.

¹ A utilização da caverna de Platão aqui está fora de lugar, pois não corresponde, nem de longe, à proposta de Platão sobre o conhecimento.

² De fato, para Descartes a evidência não é aquela sensível e empírica. Segundo Descartes (2007), os sentidos enganam e apenas as idéias e a razão são claras e distintas. Assim, as quatro regras que ele propõe em “Discursos sobre o Método” são: evidência, análise, síntese e desmembramento.

³ “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”. (KANT, 1984) Esta é a fórmula do imperativo categórico de Kant. Trata-se do princípio subjetivo de uma ação, o qual é distinto do princípio objetivo (lei prática) que é válido para todos. O ser racional reconheceria no imperativo categórico aquele imperativo que “representasse uma ação como objetivamente necessária por si mesma, sem relação com qualquer outra finalidade” (KANT, 1984. pp. 124-5). A norma moral existe sob a forma de imperativo categórico, ou seja, o imperativo categórico é também a moralidade, pois a lei moral é um fato da razão-pura, um a priori, que se distingue da legalidade.

⁴ Grupos sólidos, relativamente permanentes, identificados pelo lugar que ocupam no processo de trabalho ou pela posição política que ocupam nas relações de poder.

⁵ Convém chamar a atenção, aqui, daqueles pesquisadores que “visitam” algumas poucas vezes a organização que desejam pesquisar e já se sentem em condições de se apropriar do real concreto quando, em realidade, ainda estão tateando no reconhecimento da coisa em si, ainda estão estabelecendo uma relação fenomênica que julgam ser real e definitiva.